



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Av. Carlos Gomes, 1645 - Bairro São Cristóvão - CEP 76804085 - Porto Velho - RO

Anexo - Edital de Licitação Pregão Eletrônico – Licitação N. 90002/2026

ANEXO III - MINUTA TERMO DE CONTRATO

LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021

SERVIÇOS CONTÍNUOS COM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA – LICITAÇÃO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - IPAM

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011.000076/2025-72

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **xx/xxxx**, QUE FAZEM
ENTRE SI O IPAM, POR INTERMÉDIO DO (A)
..... E

O Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho - IPAM, com sede na Avenida Carlos Gomes, n. 1645, São Cristóvão, CEP 78.900-030, na cidade de Porto Velho/RO, inscrito no CNPJ sob o nº 34.481.804/0001-71, neste ato representado pela sua Diretora-Presidente, **Claudinéia Araújo de Oliveira Bortolete**, nomeada pela Portaria nº **XX**, de [dia] de [mês] de [ano], publicada no DOM de [dia] de [mês] de [ano], portador da Matrícula Funcional nº [nº matrícula], doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) **[CONTRATADO]**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº **[CNPJ]**, sediado(a) na **[endereço]**, na cidade de **[cidade]/[UF]**, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por **(nome e função no CONTRATADO)**, conforme **atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos**, tendo em vista o que consta no **Processo nº 011.000076/2025-72** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais

legislação aplicável, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº XX/XXXX**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento consiste na **especializada para a prestação de serviços continuados de limpeza, conservação e higienização predial, bem como de copeiragem com fornecimento de materiais, insumos e equipamentos, em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, visando atender as necessidades operacionais da Sede do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho – IPAM**, em conformidade com as especificações técnicas, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. A prestação dos serviços objeto deste contrato será executada mediante a disponibilização permanente de postos de trabalho, conforme o dimensionamento e detalhamento técnico constante na tabela abaixo:

FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA EXCLUSIVA										
ITEM	CATEGORIA	CBO	CATSER	JORNADA DE TRABALHO	UNID. DE MEDIDA	QTDE. DE POSTO DE SERVIÇO	QTDE. DE EMPREGADOS	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
1	Servente de Limpeza (sem insalubridade)	5143-20	25194	40 horas	Posto	04	04	R\$ xxxxxx	R\$ xxxxxx	R\$ xxxxxx
2	Servente de limpeza (com insalubridade 40%)	5143-20	25194	40 horas	Posto	01	01	R\$ xxxxxx	R\$ xxxxxx	R\$ xxxxxx
3	Copeira	5134-05	14397	40 horas	Posto	01	01	R\$ xxxxxx	R\$ xxxxxx	R\$ xxxxxx
TOTAL:									R\$ xxxxxx	R\$ xxxxxx
FORNECIMENTO DE MATERIAIS, INSUMOS E EQUIPAMENTOS										
ITEM	DESCRIÇÃO			QTD MESES		VALOR MENSAL R\$		VALOR ANUAL R\$		
4	Materiais de Consumo e Insumos – Serviços de Limpeza, Conservação e Higienização Predial			12		R\$ xxxxxx		R\$ xxxxxx		
5	Materiais de Consumo e Insumos – Serviços de Copeiragem			12		R\$ xxxxxx		R\$ xxxxxx		

6	Equipamentos – Serviços de Limpeza, Conservação e Higienização Predial	12	R\$ xxxxxx	R\$ xxxxxx
7	Equipamentos – Serviços de Copeiragem	12	R\$ xxxxxx	R\$ xxxxxx
TOTAL:			R\$ xxxxxx	R\$ xxxxxx
VALOR TOTAL MENSAL ESTIMADO:			R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxx)	
VALOR TOTAL ANUAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO (12 MESES):			R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxx)	

1.3. A natureza da contratação impõe à CONTRATADA a obrigação de disponibilizar, além da mão de obra qualificada, todos os insumos, materiais de consumo, saneantes domissanitários, equipamentos e ferramentas necessários à perfeita execução dos serviços, observando-se os padrões de qualidade e produtividade descritos no Instrumento de Medição de Resultados (IMR).

1.4. A CONTRATADA obriga-se ao fornecimento regular e substituição tempestiva de uniformes e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados a cada função, conforme as normas regulamentadoras de segurança e medicina do trabalho e o detalhamento constante no Anexo VII do **Termo de Referência Nº 07/2026/SCL-IPAM**, garantindo a integridade física de seus prepostos e o padrão estético institucional da Administração.

1.5. Os serviços serão prestados nas dependências da Sede do IPAM, localizada na Avenida Carlos Gomes, n. 1645, Bairro São Cristóvão, Porto Velho - RO, podendo ser executados em outros imóveis que venham a ser ocupados pela Autarquia mediante comunicação formal, respeitados os limites de alteração contratual previstos na Lei nº 14.133/2021.

1.6. O regime de dedicação exclusiva de mão de obra configura-se pela permanência dos empregados da CONTRATADA nas instalações da CONTRATANTE, sujeitando-se ao controle de frequência e à subordinação técnica exclusiva à CONTRATADA, vedada qualquer relação de pessoalidade ou subordinação direta com a Administração Pública.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 meses contados da assinatura do contrato**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, prorrogável por iguais períodos até o limite de 60 (sessenta) meses.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o **CONTRATADO**, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação; e

2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3. O **CONTRATADO** não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.7. Sujeitando-se o CONTRATADO ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, bem como a descrição pormenorizada das condições e cronograma de execução; do local e horário da prestação dos serviços; das rotinas a serem cumpridas (limpeza, conservação, higienização e apoio operacional de copa); do dimensionamento de postos e produtividade; das especificações técnicas dos serviços; dos insumos e materiais de limpeza a serem disponibilizados; do fornecimento de uniformes, crachás e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs); do registro e controle de ponto eletrônico ou biométrico; da substituição imediata em casos de absenteísmo, licenças ou afastamentos; e do planejamento de escalas de férias, constam integralmente no **Termo de Referência N° 07/2026/SCL-IPAM**, anexo a este Contrato e dele parte integrante.

3.2. A execução do objeto será submetida a monitoramento contínuo e avaliação periódica por meio de instrumentos de fiscalização técnica e administrativa, com base em indicadores de desempenho (KPIs) e no Instrumento de Medição de Resultados (IMR), conforme detalhado no Termo de Referência.

3.3. O pagamento mensal à CONTRATADA ficará estritamente condicionado à pontuação obtida nas avaliações de desempenho, considerando-se, para fins de aferição da qualidade e produtividade, os seguintes indicadores técnicos:

3.3.1. Cobertura integral dos postos de trabalho nos horários e locais estabelecidos;

3.3.2. Nível de asseio, higienização e conservação dos ambientes internos e externos;

3.3.3. Pontualidade e regularidade na prestação dos serviços de copa, preparação e distribuição de café e correlatos;

3.3.4. Reposição tempestiva de insumos de higiene e materiais de limpeza, garantindo a continuidade do serviço;

3.3.5. Conduta ético-profissional, disciplina e uso obrigatório de uniformes e EPIs pelos profissionais alocados.

3.4. O descumprimento parcial ou total dos níveis de serviço estabelecidos, ou a execução em desconformidade com os padrões de qualidade exigidos, ensejará a aplicação de glosas proporcionais sobre o valor da fatura mensal, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas neste Contrato e na Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. É expressamente vedada a subcontratação total do objeto deste Contrato, bem como a cessão ou transferência, total ou parcial, dos direitos e obrigações dele decorrentes.

4.2. A subcontratação parcial somente será admitida em hipóteses excepcionais, devidamente justificadas, limitadas a parcelas de maior especialização técnica ou serviços acessórios que não constituam a essência do objeto principal (tais como limpeza técnica de fachadas envidraçadas em altura ou desinsetização especializada), desde que:

4.2.1. Ocorra em estrita observância ao disposto no art. 121, § 1º, da Lei nº 14.133/2021;

4.2.2. Haja autorização prévia, expressa e formal, por escrito, da Diretoria-Presidente do IPAM, mediante análise técnica da fiscalização;

4.2.3. A subcontratada comprove o cumprimento dos requisitos de habilitação técnica e regularidade fiscal exigidos no certame licitatório.

4.3. A autorização para subcontratação parcial não exime a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais e legais perante o IPAM, permanecendo esta integralmente responsável pela qualidade dos serviços executados pela subcontratada e pelo cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxx), perfazendo o valor total de R\$ xxxxxx (xxxxxxxx).

5.2. Nos valores acima especificados encontram-se incluídas todas as despesas ordinárias, diretas e indiretas, decorrentes da execução integral do objeto, compreendendo, mas não se limitando a: salários, adicionais legais, encargos sociais e trabalhistas, previdenciários, securitários, fiscais e comerciais; tributos incidentes (alíquota de 8,65% para PIS/COFINS sob regime não-cumulativo e demais impostos municipais/federais); taxa de administração; lucro da empresa; fretes; seguros; fornecimento de uniformes e EPIs; e quaisquer outros custos necessários ao cumprimento das obrigações contratuais, sem qualquer ônus adicional à Autarquia.

5.3. O valor global estipulado nesta cláusula possui natureza meramente estimativa, de modo que os pagamentos devidos à CONTRATADA estarão estritamente vinculados aos quantitativos e postos efetivamente executados, após a devida aferição de qualidade e aplicação do Instrumento de Medição de Resultados (IMR).

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O prazo para a efetivação do pagamento à CONTRATADA, bem como os procedimentos de liquidação da despesa e demais condições acessórias, observarão rigorosamente o cronograma e os requisitos estabelecidos no **Termo de Referência Nº 07/2026/SCL-IPAM**, parte integrante deste instrumento.

6.2. Em razão do regime de dedicação exclusiva de mão de obra e visando a mitigação de riscos de responsabilidade subsidiária da Administração Pública, o pagamento das faturas mensais fica condicionado à utilização obrigatória do mecanismo de **Conta-Depósito Vinculada bloqueada para movimentação**, para o provisionamento dos encargos trabalhistas relativos a férias, 13º salário e multa do FGTS por dispensa sem justa causa, conforme as normas da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017 e regulamentação interna desta Autarquia.

6.3. A CONTRATANTE procederá ao desconto e depósito direto na referida Conta Vinculada dos valores correspondentes às provisões mencionadas no subitem anterior, sendo que a liberação de tais recursos à CONTRATADA dar-se-á exclusivamente para o pagamento das verbas trabalhistas que lhes deram origem, mediante comprovação documental do fato gerador e autorização formal da fiscalização do IPAM.

6.4. A CONTRATADA deverá manter regularidade fiscal, social e trabalhista durante toda a execução contratual, sob pena de retenção do pagamento das faturas até a efetiva regularização, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.

CLÁUSULA SÉTIMA – REPACTUAÇÃO, REAJUSTE E REVISÃO DOS PREÇOS CONTRATADOS

7.1. Da Repactuação

7.1.1. Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado no Termo de Contrato será repactuado, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação do IPAM, na forma do art. 135 da Lei nº 14.133/2021.

7.1.2. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço (art. 135, § 4º da Lei 14.133/2021).

7.1.3. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

- a) Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;
- b) Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado (insumos não decorrentes da mão de obra): a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.

7.1.4. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

7.1.5. O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

7.1.6. Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.

7.1.7. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

- a) da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;
- b) do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado.

7.1.8. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao IPAM ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

7.1.9. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-bases diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

7.1.10. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho.

7.1.11. O IPAM não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa CONTRATADA, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

7.1.12. Quando a repactuação se referir aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

7.1.13. Quando a repactuação solicitada pela CONTRATADA se referir aos custos sujeitos à variação dos preços de mercado (insumos não decorrentes da mão de obra), o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento IPCA, com base na seguinte fórmula:

$$R = V (I - I^o) / I^o, \text{ onde:}$$

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos insumos a ser reajustada;

I^o = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta da licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento.

7.1.14. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o IPAM pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.1.15. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos insumos será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.1.16. Caso o índice estabelecido para a repactuação de insumos venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.1.17. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial para reajustamento do preço do valor remanescente dos insumos e materiais, por meio de termo aditivo.

7.1.18. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos com insumos, o IPAM verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

7.1.19. Será realizada a negociação contratual para a redução/eliminação dos custos fixos ou variáveis não renováveis que já tenham sido amortizados ou pagos no primeiro ano da contratação, sob pena de não renovação do contrato.

7.1.20. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

- a) a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;
- b) em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou
- c) em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa.

7.1.21. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

7.1.22. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

7.1.23. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo IPAM para a comprovação da variação dos custos.

7.1.24. As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

7.1.25. A CONTRATADA deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado atualizado, como condição para a repactuação.

7.2. Do Reajuste

7.2.1. Os preços contratados poderão ser reajustados, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, a contar da data da apresentação da proposta, ou nos reajustes subsequentes ao primeiro, sendo que a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste.

7.2.2. Na ausência de índice setorial aplicável ao objeto contratual, será adotado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, medido mensalmente pelo IBGE, acumulado em 12 (doze) meses, com base na seguinte fórmula:

$R = V (I - I^o) / I^o$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual do serviço a ser reajustado;

I^o = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta da licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento.

7.2.3. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA, que deverá apresentar planilha de composição de custos unitários com a descrição dos componentes e do valor detalhado, tendo em vista que o reajustamento pressupõe a demonstração analítica de aumento dos custos contratuais para justificar o aumento nos preços.

7.2.4. Caso o índice estabelecido para o reajustamento venha a ser extinto, ou de qualquer forma não possa ser mais utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor, ou em sua ausência por acordo entre as partes de novo índice oficial.

7.2.5. A CONTRATANTE deverá assegurar-se de que os preços contratados são compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação mais vantajosa.

7.3. Da Revisão (Reequilíbrio Econômico-Financeiro)

7.3.1. O equilíbrio econômico-financeiro consiste na preservação das condições efetivas da proposta inicialmente contratada, assegurando a justa remuneração da CONTRATADA em função dos encargos assumidos, conforme estabelecido no contrato, de modo a manter inalterada a relação entre as obrigações da CONTRATADA e a contraprestação da Administração Pública.

7.3.2. A revisão contratual, destinada à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro em razão de fatos supervenientes à contratação, poderá ser requerida e concedida nas hipóteses e condições previstas nos arts. 163 e 164 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, observando-se, no que couber, as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.3.3. Para análise do pedido de revisão, o IPAM promoverá ampla pesquisa de preços, considerando os valores praticados no mercado, em contratações similares da Administração Pública, tabelas de fabricantes, índices oficiais, tarifas públicas e outros parâmetros idôneos.

7.3.4. O prazo de referência para análise e deliberação sobre o pedido de revisão contratual será de até 60 (sessenta) dias, contados a partir do protocolo da solicitação pela CONTRATADA, devidamente instruída com documentos comprobatórios das variações de custo.

7.4. Da Cessão de Crédito

7.4.1. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do CONTRATANTE.

7.4.2. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.4.3. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do CONTRATADO (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.4.4. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (CONTRATADO) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.4.5. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do CONTRATADO.

7.5. Da Conta-Depósito Vinculada

7.5.1. Para atendimento ao disposto na legislação vigente, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada são as estabelecidas no **Termo de Referência N° 07/2026/SCL-IPAM**, visando assegurar o pagamento de encargos trabalhistas dos 06 (seis) postos alocados na sede do IPAM.

7.5.2. A CONTRATADA deve autorizar o IPAM, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

7.5.3. O CONTRATADO autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados à execução do contrato, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pelo CONTRATANTE em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, e que somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas na IN SEGES/MP n. 5/2017.

7.5.4. O montante dos depósitos da conta vinculada será igual ao somatório dos valores das provisões de 13º (décimo terceiro) salário, férias e um terço constitucional, multa sobre o FGTS e encargos incidentes, cuja movimentação dependerá de autorização do IPAM e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. São obrigações do **CONTRATANTE**:

8.1.1. Exigir o cumprimento integral de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, em estrita consonância com as cláusulas deste Termo de Contrato e as especificações detalhadas no **Termo de Referência N° 07/2026/SCL-IPAM**;

8.1.2. Designar, formalmente e por ato próprio, gestor e fiscais para acompanhar, supervisionar e fiscalizar a execução do contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021;

8.1.3. Realizar Reunião Presencial ou por Videoconferência, na sede do IPAM, entre os membros da Gestão e Fiscalização do **CONTRATANTE** e os representantes legais ou prepostos da **CONTRATADA**, para a discussão e definição de assuntos estratégicos e operacionais relacionados à perfeita execução dos serviços;

8.1.4. Propiciar as condições administrativas e logísticas necessárias para que a **CONTRATADA** possa cumprir as obrigações pactuadas, assegurando a entrada de equipamentos, materiais, insumos e o livre acesso dos empregados da contratada às dependências da sede administrativa, respeitadas as normas internas de segurança e identificação;

8.1.5. Informar à **CONTRATADA** sobre as normas e procedimentos de acesso às dependências do prédio e eventuais alterações nos preceitos de segurança interna;

8.1.6. Anotar em registro próprio todas as ocorrências e intercorrências relacionadas com a prestação dos serviços, determinando as providências necessárias à regularização imediata de quaisquer falhas ou desconformidades verificadas;

8.1.7. Exercer a fiscalização e supervisão contínua, detendo o poder-dever de sustar, recusar, mandar refazer ou desfazer qualquer serviço que não atenda às condições e exigências técnicas especificadas neste instrumento e no Instrumento de Medição de Resultados (IMR);

8.1.8. Notificar a **CONTRATADA**, por escrito e de forma fundamentada, sobre a ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução, fixando prazo peremptório para a devida correção e certificando-se de que as soluções propostas sejam tecnicamente adequadas;

8.1.9. Não permitir, sob qualquer pretexto, que os empregados da **CONTRATADA** realizem horas extras, ressalvados os casos de comprovada e excepcional necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade competente do IPAM e desde que respeitados os limites da legislação trabalhista vigente;

8.1.10. Impedir, por meio de seus agentes públicos, que terceiros estranhos à relação contratual executem os serviços objeto deste ajuste;

8.1.11. Promover, por intermédio do gestor e fiscais designados, o recebimento mensal do objeto, atestando a execução para fins de liquidação e pagamento;

8.1.12. Comunicar à **CONTRATADA**, por escrito e com indicação detalhada das razões técnicas, o eventual não recebimento do objeto por inadequação aos termos contratuais;

8.1.13. Prestar as informações e os esclarecimentos necessários solicitados pela **CONTRATADA**, desde que vinculados diretamente ao objeto pactuado;

8.1.14. Analisar e aprovar o cronograma de férias apresentado pela **CONTRATADA** para seus empregados alocados nos postos, bem como eventuais alterações supervenientes;

8.1.15. Aferir mensalmente a qualidade e a produtividade dos serviços prestados, utilizando para os serviços de limpeza o Instrumento de Medição de Resultados (IMR) e demais métricas de desempenho estabelecidas;

8.1.16. Realizar pontualmente o pagamento dos serviços efetivamente prestados, procedendo à devida retenção dos impostos na fonte e dos valores correspondentes ao provisionamento da Conta-Depósito Vinculada;

8.1.17. Comunicar formalmente à **CONTRATADA** para que proceda à emissão de Nota Fiscal/Fatura relativa apenas à parcela incontroversa da execução do objeto sempre que houver controvérsia sobre a dimensão, qualidade ou quantidade dos serviços prestados, para efeito de liquidação e pagamento imediato, nos termos do art.

143 da Lei nº 14.133/2021;

8.1.18. Notificar, de forma obrigatória, os emitentes das garantias (seguradoras ou instituições financeiras) quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais e aplicação de sanções, conforme determina o § 4º do art. 137 da Lei nº 14.133/2021;

8.1.19. Emitir decisão explícita e fundamentada sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, observando-se os seguintes prazos máximos:

a) Até 60 (sessenta) dias para responder a pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro (revisão);

b) Até 120 (cento e vinte) dias para decisões sobre requerimentos gerais relacionados à gestão contratual, ressalvados os casos de urgência justificada.

8.2. Da Vedação de Ingerência

8.2.1. O **CONTRATANTE** obriga-se a não praticar atos de ingerência na administração interna da **CONTRATADA**, sendo-lhe expressamente vedado:

8.2.1.1. Exercer poder de mando direto sobre os empregados da **CONTRATADA**, devendo reportar-se exclusivamente aos prepostos ou responsáveis indicados;

8.2.1.2. Indicar ou direcionar a contratação de pessoas nominalmente identificadas para trabalhar na empresa contratada;

8.2.1.3. Fixar salários inferiores aos definidos em lei, em atos normativos ou em Convenções Coletivas de Trabalho (CCT) da categoria;

8.2.1.4. Promover ou aceitar o desvio de função dos empregados, utilizando-os em atividades alheias ao escopo deste contrato ou distintas da função específica para a qual foram contratados;

8.2.1.5. Estabelecer vínculo de subordinação direta ou pessoalidade com os funcionários da **CONTRATADA**, ou considerá-los como colaboradores eventuais do IPAM para fins de concessão de diárias, passagens ou benefícios próprios de servidores públicos.

8.3. Da Fiscalização de Encargos Sociais e Trabalhistas

8.3.1. Solicitar aos empregados da **CONTRATADA**, mediante seleção por amostragem realizada pela fiscalização, os extratos individuais das contas vinculadas do FGTS e a verificação dos recolhimentos previdenciários (INSS) em seus respectivos nomes, visando auditar o cumprimento das obrigações sociais;

8.3.2. Comunicar formalmente aos órgãos de controle e à Receita Federal do Brasil sobre quaisquer irregularidades ou inadimplementos detectados no recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS;

8.3.3. Exigir da **CONTRATADA** as Certidões Negativas de Débitos para com a Previdência Social (CND), o FGTS, tributos federais e demais certidões de regularidade, caso esses documentos não estejam regularizados perante o SICAF, conferindo prazo para regularização sob pena de apuração de responsabilidade;

8.3.4. Aplicar à CONTRATADA as sanções regulamentares e contratuais, após o devido processo administrativo de apuração de responsabilidade que confirmar eventuais penalidades previstas neste instrumento, observando e garantindo o contraditório e a ampla defesa, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 18.892/2023;

8.3.5. Exigir, a qualquer tempo, a comprovação das condições da empresa que ensejaram sua contratação, notadamente no tocante à qualificação técnico-econômico-financeira, bem como a manutenção das condições de habilitação exigidas na licitação, conforme o artigo 92, inciso XVI, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A **CONTRATADA** deve cumprir integralmente todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender prontamente às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior do **IPAM (Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho)** e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se integralmente pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou a terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **IPAM**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a **CONTRATADA** deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede da **CONTRATADA**;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.7. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, "d", da Lei nº 14.133, de 2021;

9.8. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, munidos de habilitação e conhecimento técnico adequados às funções de limpeza e copeiragem;

9.9. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos no Termo de Referência;

9.10. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, informando imediatamente a gestão do contrato sobre as providências adotadas;

9.11. Assegurar aos trabalhadores alocados à prestação do serviço a previsibilidade da época de gozo de suas férias, com vistas a conciliar o direito ao descanso e à garantia do convívio familiar com as necessidades do serviço do **IPAM**;

9.12. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do **IPAM** ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.13. Instruir rigorosamente seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas de segurança e conduta da Administração;

9.14. Participar da Reunião Presencial ou por Videoconferência, na sede do **IPAM**, entre o **CONTRATANTE** (membros da Gestão e Fiscalização) e a **CONTRATADA** (representante legal da empresa e os prepostos), para discussão e definição de assuntos relacionados à perfeita execução dos serviços;

9.15. Oferecer garantia contratual, no prazo de 30 (trinta) dias da data de homologação da licitação, em caso de opção pela modalidade seguro-garantia, e até 10 (dez) dias corridos após a assinatura do Termo de Contrato, nas modalidades caução e fiança bancária, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, limitada ao equivalente a 2 (dois) meses do custo da folha de pagamento dos empregados da contratada que venham a participar da execução dos serviços contratados, nos termos do art. 98 da Lei nº 14.133/2021, a qual deverá ter prazo de validade de até 3 (três) meses após o término da vigência contratual;

9.16. Prover mão de obra devidamente capacitada para desempenhar as atribuições de servente e copeira descritas neste instrumento;

9.17. Realizar programa interno de treinamento de seus empregados com esse propósito em até 90 (noventa) dias do início da vigência do contrato, bem como anualmente, apresentando os respectivos comprovantes à fiscalização;

9.18. Fornecer todos os materiais, uniformes, acessórios e equipamentos necessários à prestação dos serviços, além de máscaras individuais, álcool gel e demais itens de proteção individual (EPIs), em estrita observância às normas de segurança do trabalho e diretrizes sanitárias vigentes;

- 9.19. Designar para a execução dos serviços empregados com bons antecedentes e em perfeito estado de saúde física e mental, comprovada por atestados médicos admissionais e periódicos, reservado ao **IPAM** o direito de recusar os empregados considerados fora das condições exigidas para os serviços;
- 9.20. Disponibilizar para o **IPAM** a relação atualizada dos prestadores de serviços e eventuais substitutos, bem como toda a documentação funcional dos empregados, além dos exames de sanidade física e mental dos profissionais que estiverem prestando os serviços nas dependências da autarquia.
- 9.21. Elaborar cronograma anual de férias com, no mínimo, 10 (dez) dias úteis de antecedência do início do primeiro período aquisitivo, estabelecendo critérios para a concessão aos prestadores em serviço no **IPAM**, definindo percentual mínimo/máximo, com a concordância do **IPAM**;
- 9.22. Submeter à aprovação do **IPAM** as possíveis alterações no cronograma citado no subitem anterior;
- 9.23. Enviar ao **IPAM** cópia dos avisos de férias dos empregados que nela prestarem serviços, com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência do início da fruição, observado o artigo 135 da CLT;
- 9.24. Preparar rigorosamente os substitutos dos empregados em férias que irão prestar serviços ao **IPAM**, tendo os cargos que ocuparão registrados nas respectivas Carteiras de Trabalho;
- 9.25. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo **fiscal do contrato**, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.26. Manter a execução do serviço nos horários fixados pela Administração;
- 9.27. Apresentar, sempre que solicitado, o Atestado de Antecedentes Civil e Criminal de todos os empregados que prestarem serviço nas dependências do **IPAM**, conforme art. 12 da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, e o registro dos empregados no Departamento de Polícia Federal, conforme art. 17 da mesma Lei;
- 9.28. Comprovar, quando solicitado, a formação técnica específica da mão de obra oferecida, mediante apresentação de certificados de cursos de formação, expedido por instituições habilitadas e reconhecidas;
- 9.29. Cuidar para que a prestação do serviço seja feita de modo ininterrupto, mediante a destinação permanente de substituto imediato, para suprir a ausência do empregado em qualquer situação e tempo, nos horários estabelecidos;
- 9.30. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o **CONTRATADO** relatar ao **IPAM** toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.31. Suprimido.
- 9.32. Informar ao **IPAM**, com antecedência mínima de um dia, sobre eventuais paralisações da categoria e as providências tomadas para a substituição do(s) empregados(s) e o preenchimento dos postos;

9.33. Comunicar com antecedência de 10 (dez) dias qualquer alteração do quadro de empregados que prestarem os serviços objeto deste instrumento, inclusive nos casos de pedido de demissão voluntária;

9.33.1. O **CONTRATADO** poderá alterar a relação de empregados mediante comunicação prévia e por escrito ao **IPAM**, devendo o substituto ter as mesmas qualificações ou qualificações superiores às do substituído;

9.34. Substituir, independentemente de apresentação de motivos e sempre que for devolvido pelo **IPAM**, qualquer empregado cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina ou ao interesse do serviço;

9.35. Providenciar para que seus empregados apresentem-se devida e diariamente limpos e uniformizados (com logomarca que identifique a empresa) para o desempenho de suas funções, munidos, quando for o caso, dos dispositivos de proteção que se fizerem necessários e portando, obrigatoriamente, durante o seu turno, cartão de identificação com foto (crachá plastificado ou envolto em envelope plástico);

9.36. Fornecer aos seus empregados, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data de início da prestação dos serviços, e, depois, conforme o cronograma do **Anexo VII do Termo de Referência N° 07/2026/SCL-IPAM**, os uniformes, mediante recibo em relação nominal, cuja cópia deverá ser entregue ao **fiscal do contrato**, reservado ao **IPAM** o direito de exigir, a qualquer tempo, a troca das peças que não satisfizerem as condições mínimas de apresentação pessoal, assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, após receber comunicação escrita do **fiscal do contrato**, para proceder à troca;

9.37. Fornecer uniformes apropriados às empregadas gestantes, substituindo-os quando for o caso, por outros de medidas adequadas;

9.38. Oferecer aos seus empregados reais e efetivas garantias e medidas indispensáveis à segurança, proteção e higiene no trabalho;

9.39. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

9.40. Acatar todas as determinações do **IPAM** e executar os serviços objeto deste instrumento de acordo com as programações e instruções de serviço, que serão previamente informadas;

9.41. Responsabilizar-se por eventuais prejuízos ou transtornos causados ao **IPAM**, provocados por ação ou omissão, sua ou de seus empregados, na prestação dos serviços;

9.42. Indenizar o **IPAM** por quaisquer danos causados às suas instalações, móveis, utensílios ou equipamentos, independentemente de culpa ou dolo, seu ou de seus empregados, ficando o **IPAM** autorizado a descontar, dos pagamentos devidos ou da garantia, o valor dos prejuízos, podendo, a seu exclusivo critério, optar pela reparação dos danos;

9.43. Fiscalizar o perfeito cumprimento do objeto deste instrumento, cabendo-lhe integralmente o ônus decorrente da má execução dos serviços, danos ao patrimônio do **IPAM** ou a terceiros;

9.44. Indicar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da assinatura do contrato, preposto ou empregado com competência para manter entendimentos, receber e transmitir comunicações junto ao **fiscal do contrato**, independentemente de o **IPAM** poder manter contatos diretos com a gerência operacional/diretoria da **CONTRATADA**;

9.44.1. Manter preposto da empresa no local da execução do objeto às terças-feiras e às quintas-feiras, das 8 às 12 horas. Caso seja feriado em algum dos dois dias, o gestor do contrato combinará com o preposto para o dia antecedente ou subsequente ao feriado;

9.45. Credenciar empregado(s) de seu quadro administrativo junto ao **IPAM** para, em dias definidos e horários que não comprometam a prestação dos serviços, procederem à distribuição de contracheques, vales-transporte, vales refeição, e outros documentos de responsabilidade da **CONTRATADA**, desde que não seja utilizado nenhum sistema informatizado, bem como para esclarecer dúvidas de seus empregados e da contratante e providenciar o que for solicitado;

9.45.1. O comprovante de entrega dos vales deverá ser feito, preferencialmente, de forma eletrônica, com cópia ao **IPAM**. Para os demais casos, obrigatoriamente, em duas vias, uma para a **CONTRATADA** e a outra para o **fiscal do contrato**, que deverá recebê-la em até dois dias úteis após a distribuição;

9.46. Cumprir as instruções complementares do **fiscal do contrato** quanto à execução e horários de realização dos serviços, permanência e circulação de seus empregados nas dependências do **IPAM**;

9.47. A **CONTRATADA** que seja regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) deverá apresentar a seguinte documentação no primeiro mês de prestação dos serviços, conforme alínea "g" do item 10.1 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017:

9.47.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, salário, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços (prepostos);

9.47.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços (prepostos), devidamente assinada pela **CONTRATADA**;

9.47.3. exames médicos admissionais dos empregados da **CONTRATADA** que prestarão os serviços;

9.47.4. declaração de responsabilidade exclusiva da **CONTRATADA** sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;

9.47.5. Os documentos acima mencionados deverão ser apresentados para cada novo empregado que se vincule à prestação do contrato administrativo. De igual modo, o desligamento de empregados no curso do contrato de prestação de serviços deve ser devidamente comunicado, com toda a documentação pertinente ao empregado dispensado, à semelhança do que se exige quando do encerramento do contrato administrativo.

9.48. Fornecer aos seus empregados os vales-transporte e refeição/alimentação conforme dispõe a legislação vigente e as convenções e acordos coletivos das categorias;

9.48.1. Com vista à racionalização e à uniformização de procedimentos na concessão dos vales-transporte e refeição/alimentação aos empregados, a **CONTRATADA** deverá considerar, em relação aos empregados com jornada de 40 horas semanais, cada mês como sendo composto de 22 (vinte e dois) dias úteis;

9.48.2. Para os empregados que recebem ambos os benefícios por intermédio de cartões magnéticos, estes deverão ser recarregados mensalmente com créditos totais que correspondam aos 22 (vinte e dois) dias referidos no subitem anterior;

9.48.3. Os dias em que o empregado faltar ao trabalho por qualquer motivo deverão ter os correspondentes descontos de vales-transporte e refeição/alimentação efetuados na concessão de ambos os benefícios no mês subsequente;

9.48.4. Quando do início da vigência do contrato, os vales-transporte e refeição/alimentação deverão ser entregues aos empregados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contado da assinatura do contrato;

9.48.5. Sempre que solicitado pelo **IPAM**, no caso de empregado substituto ou de novos prestadores de serviços da **CONTRATADA**, comprovar o fornecimento de vales-transportes e refeição/alimentação no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis após o início da substituição ou início da atividade;

9.48.6. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale transporte.

9.49. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **IPAM**;

9.49.1. Não serão incluídas nas planilhas de custos e formação de preços as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa **CONTRATADA**, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

9.50. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte do **IPAM**. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a **CONTRATADA** deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

9.51. Na hipótese de a **CONTRATADA** não honrar os compromissos inerentes aos encargos trabalhistas e previdenciários, fica o **IPAM** autorizado a deduzir das notas fiscais e pagar diretamente aos empregados alocados para a prestação dos serviços objeto deste instrumento, os valores correspondentes aos salários, aos auxílios transporte e refeição/alimentação e aos eventuais direitos trabalhistas dos empregados da **CONTRATADA**, bem como as contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem adimplidos, fornecendo os documentos necessários para viabilizar todos os pagamentos e recolhimentos, sem ocorrer o rompimento da avença com o **IPAM**;

9.51.1. Os valores de que trata este subitem serão depositados diretamente nas contas correntes dos empregados alocados para a prestação dos serviços objeto deste instrumento;

9.51.2. A inadimplência da **CONTRATADA** quanto aos encargos trabalhistas e previdenciários não transfere a responsabilidade do seu pagamento ao **IPAM**, nem pode onerar o objeto deste instrumento;

9.51.3. Quando não for possível a realização dos pagamentos a que se refere este subitem pela própria Administração, esses valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS;

9.51.4. Nas ocorrências deste subitem, será aberto processo de apuração de responsabilidade por descumprimento de obrigação contratual, garantindo o contraditório e a ampla defesa.

9.52. Encaminhar, obrigatoriamente, ao **IPAM**, sempre que solicitados, em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento da notificação, os extratos analíticos correspondentes aos recolhimentos das contribuições para a Previdência Social - INSS e das contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS dos empregados alocados para a prestação dos serviços de que trata este instrumento, os quais também deverão ser disponibilizados, caso necessários, aos seus empregados;

9.53. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;

9.54. Atender às solicitações do **IPAM** quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no Termo de Referência;

9.55. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

9.55.1. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

9.55.2. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

9.55.3. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

9.56. Apresentar, juntamente com a nota fiscal, os comprovantes de pagamento dos salários e dos auxílios transporte e refeição/alimentação, como também os de recolhimento das contribuições para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e a Previdência Social - INSS, todos referentes ao mês anterior da prestação dos serviços de que tratar a nota fiscal;

9.56.1. O pagamento das notas fiscais ocorrerá somente mediante a comprovação do cumprimento das obrigações de que trata o subitem anterior.

9.57. Instalar, obrigatoriamente, caso inexista na cidade de Porto Velho, em até 60 (sessenta) dias corridos, após a assinatura do contrato, escritório com toda a estrutura administrativa necessária à solução de toda e qualquer demanda relacionada com os serviços de que trata este instrumento;

- 9.58. Manter o número de empregados rigorosamente em consonância com o especificado neste instrumento, para o efetivo cumprimento da prestação dos serviços;
- 9.59. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.60. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.61. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.62. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.63. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no **IPAM**, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, mediante apresentação de declaração individual dos empregados;
- 9.64. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.65. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo **IPAM** ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço;
- 9.66. Paralisar, por determinação do **IPAM**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.67. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato, nos locais cedidos pelo **IPAM**;
- 9.68. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.69. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.70. Submeter previamente, por escrito, ao **IPAM**, para análise e aprovação, qualquer mudança no método de execução do serviço que fuja das especificações constantes no Termo de Referência;
- 9.71. Cumprir, durante todo o período de execução do Contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em normas específicas, conforme art. 83 da Lei n. 8.213/1991 e art. 116 da Lei nº 14.133/2021;

- 9.72. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.73. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **IPAM**;
- 9.74. Manter atualizado os endereços da sede e filiais, se houver, bem como os telefones e e-mails de contato da sede administrativa, prepostos e fiscais, estabelecendo, desde já, que as comunicações oficiais serão realizadas preferencialmente por meios eletrônicos (e-mails, telefones e mensagens eletrônicas);
- 9.75. A cada período de 12 (doze) meses de vigência do contrato de trabalho, a **CONTRATADA** deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados;
- 9.75.1. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT;
- 9.75.2. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros;
- 9.75.3. Não haverá pagamento adicional pelo **IPAM** à **CONTRATADA** em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.
- 9.76. Manter-se, durante o período de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação da contratação;
- 9.77. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- 9.77.1. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional, a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art. 17, XII, art. 30, §1º, II, e do art. 31, II, todos da Lei Complementar nº 123/2006, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 do mesmo diploma legal;
- 9.77.2. Para efeito de comprovação da comunicação, a **CONTRATADA** deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.
- 9.78. Observar, na composição do quadro de pessoal alocado à execução do objeto, as reservas de vagas para ações de responsabilidade social, sendo obrigatória a manutenção da **cota mínima de 8% (oito por cento) para mulheres** em situação de violência doméstica e familiar, nos termos do Decreto nº 11.430/2023, e de 5% (cinco por cento) para egressos do sistema prisional, conforme detalhado no Termo de Referência.

9.79. Responsabilizar-se pelo adiantamento de numerário relativo a diárias (refeição, transporte e hospedagem) e pelo fornecimento de passagens aos seus empregados sempre que houver deslocamento autorizado pelo IPAM, procedendo posteriormente ao pedido de reembolso mediante fatura ou nota de débito específica, obrigatoriamente acompanhada dos comprovantes de pagamento originais, em estrita observância ao teto financeiro e às regras estabelecidas nos itens 6.6 a 6.9 do Termo de Referência.

9.80. Acatar a decisão da fiscalização do IPAM de recusar prestadores de serviço que não comparecerem devidamente uniformizados, limpos ou que apresentem conduta incompatível com o ambiente de atendimento ao público, sendo lançada falta e exigida a substituição imediata.

9.81. A CONTRATADA responsabiliza-se integralmente pelo adiantamento de numerário relativo a diárias (compreendendo despesas com alimentação, transporte local e hospedagem) e pelo fornecimento antecipado de bilhetes de passagens aos seus empregados, sempre que houver deslocamento formalmente autorizado pelo IPAM para execução de serviços fora da sede ou em eventos institucionais. O ressarcimento de tais despesas dar-se-á mediante pedido de reembolso instruído com fatura ou nota de débito apartada da nota fiscal de prestação de serviços, acompanhada dos comprovantes de pagamento e depósitos em conta bancária de titularidade do funcionário, observando-se rigorosamente o teto financeiro e as diretrizes estabelecidas nos itens 6.6 a 6.9 do Termo de Referência.

9.82. Fornecer e manter em perfeitas condições de uso, sob sua exclusiva responsabilidade técnica e financeira, todos os equipamentos e maquinários motorizados necessários à execução do objeto, os quais deverão atender aos padrões vigentes de segurança do trabalho e níveis de emissão sonora. É obrigatória a apresentação do Selo Ruído (CONAMA/INMETRO) para todos os aparelhos motorizados utilizados nas dependências da Autarquia, sendo vedada a permanência de equipamentos com defeitos, fiações expostas ou que apresentem riscos à integridade física dos servidores e usuários do IPAM.

9.83. Vedar terminantemente a utilização de profissionais sob o regime de "diarista" para a substituição de postos de trabalho em casos de férias, licenças ou afastamentos de qualquer natureza. A CONTRATADA obriga-se a garantir a regularidade do vínculo trabalhista de todo e qualquer profissional substituto, formalizando a contratação mediante as modalidades de contrato intermitente, contrato temporário ou contrato por prazo determinado, nos estritos termos do Art. 443, §2º, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), assegurando a manutenção da responsabilidade previdenciária e social sobre a mão de obra alocada.

9.84. Acatar, de forma imediata e sem ressalvas, a decisão da fiscalização do IPAM quanto à recusa ou devolução de prestadores de serviço que se apresentem em desconformidade com os padrões institucionais, notadamente no que tange à ausência ou má conservação de uniformes e crachás, falta de higiene pessoal, ou conduta ético-profissional incompatível com as rotinas de atendimento ao público. Nestas hipóteses, será formalizada a ocorrência de "falta" ao posto, sujeitando a CONTRATADA à obrigação de reposição imediata nos termos do item subsequente.

9.85. Promover a substituição imediata de qualquer empregado em casos de absenteísmo, licença, vacância ou recusa pela fiscalização, apresentando o substituto devidamente uniformizado e identificado, no prazo máximo e improrrogável de 02 (duas) horas após a comunicação ou ciência da ocorrência, de modo a garantir a continuidade ininterrupta dos serviços, sob pena de glosa proporcional do pagamento e aplicação das sanções administrativas pertinentes por falha na execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA COMPENSAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO

10.1. A compensação de jornada dos trabalhadores do CONTRATADO alocados à execução contratual em regime de dedicação exclusiva, quando compatível com a natureza dos serviços prestados, será realizada de acordo com as regras constantes do Decreto n.º 12.174, de 11 de setembro de 2024, da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, e do **Termo de Referência, anexo a este Contrato**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa

11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD. 11.7. O CONTRATADO deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei n. 14.133/21, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor contratual, conforme regras previstas neste contrato.

12.1.1. O percentual de **5% (cinco por cento)** de garantia contratual incidirá especificamente sobre o valor total anual do contrato correspondente aos primeiros 12 (doze) meses de vigência, na forma do art. 98, caput, da Lei nº 14.133/2021, competindo à Contratada promover a sua regular complementação, atualização ou renovação a cada termo aditivo de prorrogação contratual.

12.2. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária terá prazo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação, para sua apresentação, que deve ocorrer antes da assinatura do contrato.

12.3. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato.

12.4. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

12.4.1. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de: a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas; b) prejuízos diretos causados ao **IPAM** decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato; c) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à **CONTRATADA**; e d) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela **CONTRATADA**, quando couber.

12.5. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

12.6. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do **IPAM**, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

12.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

12.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

12.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

12.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a **CONTRATADA** se obriga a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data em que for notificada.

12.11. O **IPAM** executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

12.12. Será considerada extinta a garantia:

a) com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de valores depositados em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do **IPAM**, mediante termo circunstanciado, de que a **CONTRATADA** cumpriu todas as cláusulas do contrato;

b) no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

12.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo **IPAM** com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à **CONTRATADA**.

12.14. A **CONTRATADA** autoriza o **IPAM** a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no **Termo de Referência Nº 07/2026/SCL-IPAM**.

12.15. A garantia da contratação somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, conforme estabelecido no art. 8º, VI, do Decreto nº 9.507, de 2018, observada a legislação que rege a matéria.

12.16. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

12.17. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração do **IPAM** poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos da alínea "j" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Regras Gerais

13.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, bem como do Decreto Municipal de Porto Velho nº 18.892/2023, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

13.1.2. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao IPAM pela CONTRATADA.

13.1.3. Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, observando-se os critérios de dosimetria e proporcionalidade.

13.1.4. Antes da aplicação de qualquer sanção, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, em estrita observância ao contraditório e à ampla defesa.

13.1.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo, observando-se o procedimento previsto no artigo 158 da Lei nº 14.133, de 2021, e o rito procedimental estabelecido no Decreto Municipal nº 18.892/2023, especificamente para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade.

13.2. Das Infrações Administrativas

13.2.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e do regulamento municipal vigente, a CONTRATADA que:

13.2.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;

13.2.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços de previdência e assistência ou ao interesse coletivo;

13.2.1.3. Der causa à inexecução total do contrato;

13.2.1.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação (serviços de limpeza e copeiragem) sem motivo justificado;

13.2.1.5. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

13.2.1.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.2.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

13.2.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.3. Das Sanções e Multas

13.3.1. Serão aplicadas à CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções, observando-se a proporcionalidade e a gravidade da conduta conforme o Artigo 113 e seguintes do Decreto Municipal nº 18.892/2023:

13.3.1.1. Advertência, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.3.1.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 13.2.1.2, 13.2.1.3 e 13.2.1.4 deste instrumento, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, pelo prazo de até 3 (três) anos;

13.3.1.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 13.2.1.5, 13.2.1.6, 13.2.1.7 e 13.2.1.8, bem como nas hipóteses que justifiquem a imposição de penalidade mais grave conforme fundamentação técnica;

13.3.1.4. Multa:

13.3.1.4.1. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

13.3.1.4.2. Compensatória, para as infrações descritas nos subitens 13.2.1.5 a 13.2.1.8, de 0,5% a 10% do valor total do contrato;

13.3.1.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no subitem 13.2.1.3, de 0,5% a 20% do valor total do contrato;

13.3.1.4.4. Para a infração descrita no subitem 13.2.1.2 (grave dano), a multa será de 0,5% a 15% do valor total do contrato;

13.3.1.4.5. Para as infrações descritas no subitem 13.2.1.4 (retardamento), a multa será de 0,5% a 10% do valor total do contrato;

13.3.1.4.6. Para a infração descrita no subitem 13.2.1.1 (inexecução parcial comum), a multa será de 0,5% a 10% do valor total do contrato.

13.3.2. Os percentuais de multa e a aplicação de sanções seguirão estritamente os critérios de dosimetria, circunstâncias agravantes e atenuantes previstos no Artigo 113 do Decreto Municipal nº 18.892/2023.

13.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo IPAM à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou, permanecendo saldo devedor, será cobrada judicialmente ou inscrita em Dívida Ativa do Município de Porto Velho.

13.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial ou inscrição em dívida ativa, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente do IPAM.

13.4. Todas as sanções previstas no **Termo de Referência Nº 07/2026/SCL-IPAM** poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

13.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

13.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.7.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

13.7.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

13.8. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.8.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

a) as peculiaridades do caso concreto;

b) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

c) os danos que dela provierem para o CONTRATANTE; e

d) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

13.10. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

13.11. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

13.11.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

13.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.13. Os débitos da CONTRATADA para com a Administração CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pela Autarquia decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a CONTRATADA possua com o mesmo órgão ora CONTRATANTE, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

14.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o **IPAM**, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

14.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação da **CONTRATADA** pelo **IPAM** nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

14.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

14.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.6. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.8. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.9. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

14.9.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.9.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.9.3. Das indenizações e multas.

- 14.10. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
- 14.11. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do **IPAM** e à aplicação das penalidades cabíveis.
- 14.12. O **IPAM** poderá conceder prazo para que a **CONTRATADA** regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.
- 14.13. Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pela **CONTRATADA** das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.
- 14.14. Até que a **CONTRATADA** comprove o disposto no item anterior, o **IPAM** reterá:
- 14.14.1. a garantia contratual prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e
 - 14.14.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.
- 14.15. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte da contratada no prazo de 15 (quinze) dias, fica a **CONTRATADA** obrigada a emitir as guias de recolhimento de contribuições previdenciárias e do FGTS e entregá-las ao **IPAM**, que poderá efetuar o pagamento das obrigações inadimplidas diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido à contratada.
- 14.16. O **IPAM** poderá ainda:
- 14.16.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pela **CONTRATADA**, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e
 - 14.16.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor da **CONTRATADA** decorrentes do contrato.
- 14.17. O contrato poderá ser extinto caso se constate que a **CONTRATADA** mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
- 14.18. O contrato poderá ser extinto em caso de alteração da convenção coletiva de trabalho em que se baseia a planilha de custos e formação de preços contratuais, em razão de erro ou fraude no enquadramento sindical de que resulte a necessidade de repactuação ou imposição de ônus financeiro para a Administração Contratante, em cumprimento de decisão judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do IPAM, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

15.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho – IPAM deste exercício.

16.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Unidade Orçamentária: 07.11.09.122.007.2.001 – Taxa de Administração

Projeto/Atividade: 2.001 – Administração da unidade.

Elemento de Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica e

Unidade Orçamentária: 07.12.10.122.0007.2.001 – Assistência à Saúde

Projeto/Atividade: 2.001 – Administração da Unidade

Elemento de Despesa: 3.3.90-39 - Outros Serviços de Terceiros -Pessoa Jurídica

16.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes, em caso de prorrogação contratual, será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO SIGILO DE INFORMAÇÕES

17.1. Além de observar e cumprir as regras impostas pela Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), conforme previsto na Cláusula Décima Primeira deste contrato, o CONTRATADO se compromete, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal, a:

17.1.1. não revelar, divulgar ou transmitir a terceiros, em hipótese alguma, informações que lhe forem disponibilizadas pelo IPAM por força dos procedimentos necessários à execução do presente contrato, principalmente quando se tratar de informações que possam acarretar risco à segurança de ativos corporativos do IPAM, tais como computadores, redes e dados, ou que possam comprometer a inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem de pessoas;

17.1.2. não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do presente contrato, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso indevido das informações disponibilizadas pelo IPAM, as quais devem ser utilizadas estritamente para as finalidades previstas no presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – RESERVA DE VAGAS DE MÃO DE OBRA

18.1. O CONTRATADO deverá observar, sempre que possível, a participação equânime de homens e mulheres, com perspectiva interseccional de raça e etnia, proporcionando a ocupação de, no mínimo, 50% de mulheres, considerando cada função do contrato atendendo, preferencialmente, ao disposto na Resolução CNJ nº 540/2023 e, mais precisamente, no art. 2º da Resolução CNJ 497/2023:

I – mulheres vítimas de violência física, moral, patrimonial, psicológica ou sexual, em razão do gênero, no contexto doméstico e familiar;

II – mulheres trans e travestis;

III – mulheres migrantes e refugiadas;

IV – mulheres em situação de rua;

V – mulheres egressas do sistema prisional; e

VI – mulheres indígenas, camponesas e quilombolas.

18.2. Os cálculos para obtenção do percentual de vagas reservadas não admitem arredondamento, ficando afastada a possibilidade de majoração de percentual fracionado para obtenção de percentual inteiro.

18.3. O cumprimento da exigência prevista nesta Cláusula ficará condicionado à conclusão do acordo de cooperação técnica atualmente em tramitação pelo **IPAM** com outros órgãos, cuja formalização será comunicada ao CONTRATADO para adoção das providências cabíveis.

18.4. Após a formalização do referido acordo de cooperação, caso o percentual mínimo de participação feminina estabelecido no subitem 18.1 desta Cláusula não seja observado, o CONTRATADO deverá apresentar justificativas formais, sob pena de aplicação das sanções contratuais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS

19.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA PUBLICAÇÃO

20.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)**, na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

21.1. Fica eleito o Foro da Justiça Comum da Comarca de Porto Velho/RO para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Orlando Dantas da Silva, Agente**, em 20/05/2026, às 14:49, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.portovelho.ro.gov.br/sei> informando o código verificador **0948265** e o código CRC **7B4AA20C**.

